

Definida a reformulação do

O ESTADO DE S. PAULO — 35

orçamento

Orçamento
004
Reportagem 0023

O plano irá esta semana a Sarney e prevê que os gastos de cada ministério serão reajustados pela URP, câmbio, OTN e IPC

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu informou, ontem, que até quinta-feira enviará à Presidência da República a reformulação orçamentária para este ano, com a definição dos tetos de gastos para cada ministério, os quais serão reajustados por quatro indexadores, de conformidade com a natureza da despesa: URP para os salários, câmbio para a dívida externa, OTN para a dívida interna e IPC para o custeio.

Abreu disse que não haverá cortes sobre as despesas fixadas no atual orçamento, aprovado tendo como referencial uma inflação de 120%, mas limites de gastos globais, cabendo a cada ministro definir a forma de aplicar esses limites. Depois de afirmar que não vem recebendo pressões de ministros para aliviar as restrições orçamentárias, Abreu disse que provavelmente não

será necessária uma reunião do CDE — Conselho de Desenvolvimento Econômico — para aprovar o novo orçamento, e que o presidente poderá discutir os níveis de despesas com cada ministro interessado.

O ministro do Planejamento revelou que os recursos incluídos nos encargos gerais da União não serão ajustados ao longo do ano a nenhum indexador. Eles permanecerão com seus valores nominais fixos até o final do ano, e serão estabelecidos em cruzados de junho deste ano, quando ele espera seja aprovada pelo Congresso a reformulação orçamentária.

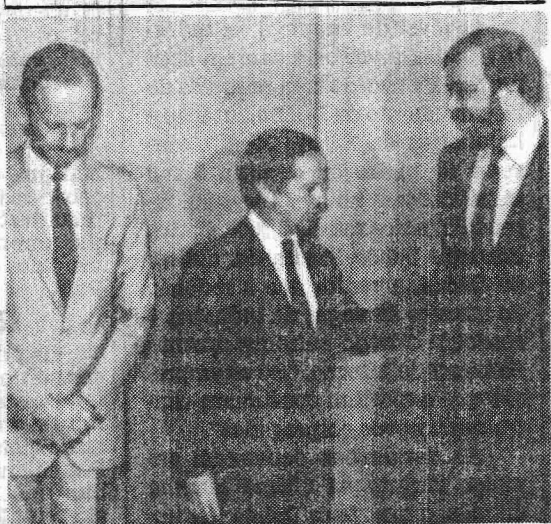
O estabelecimento de valores nominais, não reajustáveis, para o conjunto de despesas incluídas nos encargos gerais da União significará uma redução adicional importante na despesa orçamentária, considerando que o próprio governo trabalha com a hipótese de uma inflação

média mensal de 17,8%.

Essa limitação afetará sensivelmente uma série de programas importantes, como todos os programas sociais do governo, inclusive o de distribuição gratuita de leite e o mutirão habitacional, de recuperação de materiais a cargo do Exército, Marinha e Aeronáutica, de recuperação e de conservação de rodovia, de obras do projeto Calha Norte, de interesse dos ministérios militares e do Itamaraty e uma série de outros programas assistenciais de caráter regional, especialmente no Nordeste.

Quanto à reserva de contingência, que deverá ficar bem acima dos Cz\$ 20 bilhões estabelecidos, esclareceu o ministro do Planejamento que a nova orientação é no sentido

de não "engordá-la", já que, em função das dotações destinadas a pessoal terem sido indexadas à URP, não será necessária a suplementação de recursos. **Brasília/Agência Estado**



Júlio Fernandes

Mueller (à esq.), Abreu e Lodder